

## INFORMAÇÃO SOBRE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A presente **Informação sobre Proteção de Dados Pessoais** (doravante “informação” ou “documento”), aplica-se, genericamente, à recolha e tratamento dos dados pessoais fornecidos pelos utilizadores que acedem a este website, incluindo, designadamente, os dados recolhidos através de formulários, documentos ou outros meios de contacto com a Fidelidade Re - Companhia de Resseguros, S.A., pessoa coletiva n.º 500926980, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o mesmo número, com sede no Largo do Calhariz, n.º 30, em Lisboa, e como capital social de 7.500.000,00 EUR, doravante abreviadamente designada por “**Companhia**”.

### 1. RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

A Fidelidade Re - Companhia de Resseguros, S.A. é responsável pelo tratamento dos dados pessoais fornecidos pelo respetivo titular no preenchimento de formulários existentes neste *website*. Isto inclui dados pessoais fornecidos em qualquer outro suporte, seja diretamente, através de terceiros, ou gerados pela Companhia. Esses dados podem estar relacionados com contactos prévios à celebração, execução, renovação ou cessação do contrato ou operação de resseguro. Os dados podem referir-se ao utilizador do *website*, a potenciais clientes, beneficiários ou seus representantes. Todos esses dados serão referidos, doravante, como “**Dados Pessoais**”.

Os dados pessoais serão tratados pela Companhia, entidade responsável pelo tratamento dos dados, para as finalidades enumeradas no ponto 3, abaixo, em estrito cumprimento do estabelecido na legislação em vigor em matéria de proteção de dados pessoais.

### 2. ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS

O Encarregado de Proteção de Dados Pessoais pode ser contactado, por escrito, para os seguintes endereços:

- Largo Calhariz, n.º 30, 1249-001 Lisboa;
- [epdp@fidelidade.pt](mailto:epdp@fidelidade.pt)

### 3. FINALIDADES E FUNDAMENTO DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS E CRITÉRIOS PARA FIXAÇÃO DOS PRAZOS DE CONSERVAÇÃO RESPETIVOS

Os Dados Pessoais são tratados para as finalidades assentes, em cada caso, nos fundamentos indicados na tabela abaixo e são conservados pelo tempo estritamente necessário à prossecução das mesmas finalidades, conforme os prazos (ou critérios adotados para os definir).

Finalidade	Fundamento de Litude	Prazo de Conservação
------------	----------------------	----------------------



Gestão da relação comercial. Gestão da relação pré-contratual e contratual de resseguro, incluindo controlo da qualidade dos serviços prestados	Diligências Pré-Contratuais e Contratuais.  Interesse legítimo do responsável pelo tratamento de avaliação de riscos propostos e de nível de qualidade do serviço.  Cumprimento de obrigação jurídica.	Até decurso do prazo legal de prescrição de todas as obrigações emergentes do contrato de resseguro após o termo deste (sem prejuízo do dever de manutenção dos Dados Pessoais necessários à invocação da prescrição após o decurso do prazo da mesma).
--	--	---

Atividades de gestão de risco e controlo interno, como, por exemplo, atividades de controlo de gestão, implementação de ações preventivas e de combate à fraude, garantindo o alinhamento com as normas em vigor*	Cumprimento de obrigação jurídica.  Interesses legítimos de controlo da atividade do responsável pelo tratamento, incluindo prevenção de perdas por fraude.  Para declaração, exercício ou defesa de direitos em processo judicial.	Prazo legal aplicável em cada momento para cada obrigação legal a cumprir Até ao decurso do prazo de prescrição ou caducidade para o exercício de direitos.
---	---	---

\*Por exemplo, **declarações fiscais e relatórios regulatórios**:

- **Prevenção e combate à fraude:** análise de dados para deteção proativa de padrões suspeitos que possam indicar atividades fraudulentas, implementação de medidas de segurança e protocolos de verificação para minimizar riscos de fraude, entre outros.
- **Auditorias internas e externas:** facilitação de auditorias internas e externas, garantindo a conformidade com as normas legais e regulamentares, e disponibilização de dados e documentação necessários para atender às exigências dos auditores.
- **Gestão de riscos e controlo interno:** utilização de dados para avaliação e gestão de riscos, assegurando a conformidade com as normas legais e regulamentares, e implementação de controlos internos para garantir a integridade e segurança dos Dados Pessoais.

#### 4. CATEGORIAS DE DADOS

No caso da atividade da Companhia, podem ser tratados vários **tipos de dados pessoais**, nomeadamente:

- Dados de identificação e contacto;
- Dados recolhidos nas comunicações com a Companhia.

#### 5. COMUNICAÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Perante as finalidades descritas no ponto 3, os Dados Pessoais podem ser transmitidos a:

- Autoridades supervisoras, regulatórias ou fiscais, bem como autoridades judiciais e administrativas para o cumprimento de obrigações legais a que, em cada momento, a



Companhia esteja sujeita e para declaração, exercício ou defesa de direitos em processo judicial;

- Entidades de tipo associativo, como seja a Associação Portuguesa de Seguradores, que enquadrem ou realizem, licitamente, ações de compilação de dados, ações de prevenção e combate à fraude, estudos de mercado ou estudos estatísticos ou técnico-atuariais;
- Resseguradoras e outras seguradoras no âmbito do cosseguro, para diligências pré-contratuais e gestão da relação contratual de seguro, incluindo a gestão de sinistros;
- Outras seguradoras, incluindo as que fazem parte do mesmo grupo empresarial, para efeitos de gestão da relação contratual de resseguro, incluindo a gestão de sinistros e para prevenção e combate à fraude;
- Prestadores de serviços tais como peritos, averiguadores, advogados, prestadores clínicos e de assistência e demais prestadores intervenientes no âmbito da gestão da relação contratual de resseguro, incluindo gestão de sinistros e prestação de serviços conexos com a mesma, bem como para efeitos de prevenção e combate à fraude;
- Prestadores de serviços tais como fornecedores que prestam serviços e outras operações comerciais por conta da Companhia, como, por exemplo, prestadores de tecnologias da informação e *analytics*, serviços atuariais, auditores e consultores;
- Às empresas do grupo do qual a Companhia faz parte, para fins administrativos internos relacionados com a gestão de clientes, nomeadamente gestão de sinistros, estatísticas, estudos e cálculos atuariais, contencioso de negócio, prevenção e controlo de fraude ou de outras incidências e irregularidades, acompanhamento da relação comercial com o cliente (*contact center*);
- Outras entidades, tais como parceiros de negócio, que assistam a Companhia na gestão da relação contratual de resseguro;

## 6. TRANSFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE DADOS PESSOAIS

Em regra, as transferências de Dados Pessoais, dentro das finalidades acima identificadas, ocorrem dentro do Espaço Económico Europeu (EEE).

Caso a Companhia utilize prestadores de serviços localizados fora do EEE, a transferência de Dados Pessoais será feita apenas se houver uma decisão de adequação pela Comissão Europeia ou se houver garantias contratuais adequadas que assegurem níveis de proteção adequados e equivalentes aos exigidos pela legislação da União Europeia. Tais garantias incluem acordos baseados nas cláusulas-tipo de proteção de dados aprovadas pela Comissão Europeia, que asseguram que as entidades destinatárias cumpram todas as obrigações legais em matéria de proteção de dados e tratam os dados conforme as instruções prévias e documentadas pela Companhia.

Para mais informações sobre as medidas de segurança implementadas para transferências de dados pessoais para fora do EEE, ou para obter uma cópia das cláusulas-tipo de proteção de dados em vigor, o titular deve realizar o pedido por escrito através do email [epdp@fidelidade.pt](mailto:epdp@fidelidade.pt).

## 7. FONTES DE RECOLHA DOS DADOS

Os Dados Pessoais podem ser diretamente recolhidos junto do titular, ao colocar os dados de identificação e de contacto para realizar um pedido de contacto.

É, igualmente, possível recorrer a outras fontes, designadamente:



- Companhias de seguro e de resseguro no âmbito da gestão da relação contratual, incluindo a gestão de sinistros e para efeitos de prevenção e combate à fraude;
- Prestadores de serviço tais como peritos, averiguadores, advogados, prestadores clínicos e de assistência e demais prestadores intervenientes no âmbito da gestão da relação contratual de resseguro, incluindo gestão de sinistros e prestação de serviços conexos com a mesma, bem como para efeitos de prevenção e combate à fraude;
- Fontes públicas autorizadas, tais como organismos públicos, associações do setor ou empresas especializadas, e outros registos disponíveis publicamente, incluindo redes sociais.
  - Os dados recolhidos visam complementar ou confirmar informação facultada pelo titular, no âmbito das finalidades identificadas no ponto 3, com maior relevância no cumprimento de obrigações legais relacionadas com a prevenção de fraudes e o combate ao branqueamento de capitais e outros crimes financeiros.
  - Se apropriado, o titular será notificado sobre a recolha de dados numa destas fontes ou será solicitado o consentimento para o tratamento dos mesmos.
- Pessoas com as quais exista uma relação, tais como familiares, ou que tenham sido intervenientes em sinistros tais como testemunhas, terceiros lesados ou prestadores de assistência, estritamente para recolha de informação relevante no âmbito de diligências pré-contratuais e de gestão da relação contratual, incluindo gestão de sinistros.

## 8. DIREITOS DO TITULAR DOS DADOS

Para exercer qualquer um dos referidos direitos, entrando em contacto com o Encarregado de Proteção de Dados através do **e-mail** [epdp@fidelidade.pt](mailto:epdp@fidelidade.pt).

O titular dos dados pessoais tem direito a solicitar à Companhia:

- O acesso, nos termos e condições legalmente previstos, aos Dados Pessoais que lhe digam respeito e que sejam objeto de tratamento pela mesma;
- A correção ou atualização de Dados Pessoais inexatos ou desatualizados que lhe respeitem;
- O tratamento de Dados Pessoais em falta quando aqueles se mostrem incompletos;
- O apagamento, nos casos especificamente previstos na lei, de Dados Pessoais que lhe digam respeito;
- A limitação, verificadas as condições previstas na lei, do tratamento de Dados Pessoais no que lhe diga respeito.
- Retirar o consentimento prestado, quando o tratamento de dados se fundar, apenas, em consentimento;
- Opor-se ao tratamento por motivos relacionados com a sua situação particular, quando o tratamento de dados se fundar em interesse legítimo do responsável pelo tratamento.
- Receber do responsável pelo tratamento, em formato digital de uso corrente e leitura automática, os dados pessoais que lhe digam respeito e que tenham sido, por si, fornecidos, tratados por meios automatizados com fundamento:
  - (a) em consentimento prestado pelo titular dos dados ou,
  - (b) em contrato celebrado,



O titular dos Dados Pessoais pode, ainda, solicitar, ao Encarregado de Proteção dos Dados Pessoais, informação mais detalhada, designadamente sobre as finalidades, fundamentos de licitude e prazos de conservação e, bem assim, apresentar-lhe reclamações sobre o modo como os seus dados pessoais são tratados, sem prejuízo de o poder fazer, também, junto da Autoridade competente.

## 9. SEGURANÇA DOS DADOS PESSOAIS

A Companhia adota medidas técnicas e organizativas adequadas para proteger os Dados Pessoais contra a sua perda, destruição ou danificação, accidental ou ilícita e, bem assim para assegurar que os dados facultados sejam protegidos contra o acesso ou utilização por parte de terceiros não autorizados.

A Companhia garante a privacidade e segurança na transmissão dos dados dos seus clientes e dos visitantes dos seus *websites*, recorrendo à criptografia com SSL (Secure Sockets Layer) de todas as informações trocadas via site Internet.

Em caso de violação de dados pessoais, se a violação for suscetível de representar um risco para os direitos e liberdades das pessoas singulares, a Companhia notifica a autoridade de controlo sem demora injustificada e no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após o conhecimento da violação.

Se a violação de dados representar um risco elevado para os direitos e liberdades das pessoas singulares, a Companhia comunica a violação ao titular dos dados sem demora injustificada.

## 10. COOKIES

A Companhia utiliza cookies nos seus sites para melhorar a experiência do utilizador e permitir realizar determinadas operações de forma segura. A Política de Cookies pode ser consultada [aqui](#).

## 11. ALTERAÇÕES AO DOCUMENTO

O presente documento poderá ser alterado periodicamente, mediante publicação no sítio da Companhia, sem necessidade de consentimento prévio e expresso do titular dos dados.

Quaisquer alterações de carácter significativo serão comunicadas com o grau de publicidade correspondente à sua relevância, seja mediante destaque na publicação *online*, seja, caso a relevância o justifique, mediante comunicação individualizada aos titulares dos dados.

Última versão: maio 2025